

# KANT E O PROBLEMA DA “FOTOGRAFIA” NA EXPERIÊNCIA ESTÉTICA\*

**André Luiz da Paz e Silva\*\***

A autonomia do juízo de gosto puro pelo belo, devido a sua total liberdade em relação tanto à dimensão do conhecimento quanto à dimensão da moral, permite-nos tratar sobre o problema da fotografia enquanto arte, sem termos que, como em Platão, levar em consideração a teoria do conhecimento kantiana, muito menos sua teoria moral. Estaremos, neste artigo, imersos nas águas da imaginação e da subjetividade: a dimensão estética.

Entretanto, devemos apontar para um conceito decisivo para a estética kantiana, ainda dependente de um pano de fundo desenvolvido em sua filosofia crítica como um todo: os *a priori*. Grosso modo, a filosofia crítica de Kant desenvolve-se em uma espécie de tripé: a dimensão do conhecimento, a dimensão do dever e a dimensão das sensações. A primeira é desenvolvida no que costumamos chamar de filosofia teórica; a segunda, por sua vez, na filosofia prática; a terceira — a que nos interessa — na teleologia. Na medida em que nessas investigações Kant busca demonstrar formalmente a possibilidade efetiva dessas três dimensões na racionalidade humana, parte-se do pressuposto que suas asserções sejam válidas para todos os indivíduos. Deste modo, suas formulações precisam fundamentar-se sobre princípios universais, os princípios *a priori*, princípios anteriores à dimensão da experiência, que se encontra submetida à causalidade da natureza.

Tudo na natureza opera de acordo com a causalidade. Isso significa que a natureza funciona de acordo com leis. Se lançarmos uma pedra para o alto, ela cairá; se colocarmos fogo em pedaços secos de madeira, eles queimarão; se nadarmos em um rio, ficaremos molhados. Entretanto, Kant aponta para um elemento que transcende a causalidade da natureza: a razão. Para conhecer, a intuição trabalha

---

\* Artigo desenvolvido para a edição Nº67, de outubro de 2015, Amor, Memória e Arte, da Revista Pandora Brasil.

\*\* Graduando do Curso de Filosofia no Centro de Educação, Filosofia e Teologia da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Contato: andredapaz1892@gmail.com.

com dados dos sentidos, sujeitos à causalidade da natureza, que são subsumidos pelo entendimento em categorias de acordo com regras preestabelecidas. Na medida em que essas regras e categorias são preestabelecidas, elas são independentes dos dados da sensibilidade, sendo, deste modo, *a priori* à causalidade da natureza<sup>1</sup>. Na dimensão da ação, embora a experiência sensível também seja importante como o é para o conhecimento, na medida em que os sujeitos morais estão inseridos em um mundo, ela não será determinante: pelo contrário, o que determina a moralidade não são os móveis sensíveis, como o afeto, a caridade, a felicidade e etc., mas tão somente a autonomia dos indivíduos racionais de seguir um princípio racional, portanto universal e *a priori* à experiência empírica inserida na causalidade da natureza: a representação de uma lei, criada sujeito e possibilitada por sua autonomia, operando da mesma maneira que as leis naturais, a saber, com universalidade — a lei moral<sup>2</sup>.

No campo da teleologia, encontra-se a dimensão das sensações. Nesse campo, o que nos importa é a dimensão estética. Na medida em que, nesta dimensão, o Belo origina-se da experiência das sensações, ele, então, necessariamente não pode ser objetivo, como o é em Platão. Ele será subjetivo, isto é, atribuído às coisas pelo sujeito, a partir de uma reflexão sobre o gosto puro. Em outros termos, a partir das sensações apresentadas à imaginação pelos dados dos sentidos, ela pode estabelecer, de certo modo, um diálogo com o entendimento através da reflexão, possibilitando-nos estabelecer juízos sobre a beleza. Mas parece haver um problema nesse raciocínio: se as duas outras dimensões, a saber, a teórica e a prática, fundamentam-se em conceitos universais *a priori*, como pode a dimensão teleológica estética, fundamentada na experiência sensível, possibilitar juízos sobre um belo não-objetivo e sem conceito, e ainda assim aspirar uma fundamentação universal *a priori*, *i.e.*, válida para todos os seres racionais? As sensações parecem determinar o juízo pelo belo, então como pode ele ser fundamentado universalmente, dado que as

---

<sup>1</sup> I. Kant. *Crítica da Razão Pura*. 2º Prefácio, B XVIII/XVIII: “Com efeito, a própria experiência é uma forma de conhecimento que exige concurso do entendimento, cuja regra devo pressupor em mim antes de serem dados os objetos, por consequência, *a priori*, pelos quais têm de se regular necessariamente todos os objetos da experiência e com os quais devem concordar”.

<sup>2</sup> *Id.* *Crítica da Razão Prática*. A 81: “a lei moral também nos é dada, de certo modo, como um fato da razão pura de que somos conscientes *a priori* e que é apoditicamente certo, supondo mesmo que não se pudesse encontrar na experiência exemplo algum em que ela fosse exatamente observada”.

sensações são subjetivas e, portanto, o que é belo para mim pode não ser belo para você?

Eis aqui a genialidade de Kant. Lidar com o belo não se resume *somente* à sensibilidade, muito menos ao gosto particular. Há um papel fundamental na *reflexão* — não na experiência sensível —, que eleva o caráter do juízo de uma instância do prazer particular e pessoal (o gosto dos sentidos) para outra instância (o gosto pela reflexão) que possibilita a comunicabilidade da satisfação pelo belo.

“É contudo estranho que — visto que a respeito do gosto dos sentidos não apenas a experiência mostra que seu juízo [...] não vale universalmente, mas qualquer um também é por si tão desprezioso que precisamente não imputa a outros este acordo unânime [...] o gosto pela reflexão [...] não obstante possa considerar possível [...] representarem-se juízos que pudessem exigir universalmente este acordo unânime e de fato o presume para cada um de seus juízos de gosto<sup>3</sup>”.

A universalidade não está nem no belo, nem no gosto particular, mas na comunicabilidade da experiência estética, na comunicabilidade do juízo de gosto pela reflexão, dado que Kant postula a possibilidade de um “senso comum estético”, através do qual todas as pessoas possam representar a si mesmas a experiência estética sentida. Nas palavras de Kant, a universalidade do juízo de gosto pelo belo está no fato de que “aquele que julga com gosto [...] pode imputar a qualquer outro a conformidade a fins subjetiva, isto é, a sua complacência no objeto, e admitir o seu sentimento como universalmente comunicável e na verdade em mediação dos conceitos<sup>4</sup>”.

Ao dizer “isso é belo porque tem tais características”, estou ligando o juízo de gosto estético a conceitos universais pelos quais todas as coisas poderiam ser determinadas como belas ou não. Entretanto, não há conceito de belo, por isso essa asserção não é possível. É necessariamente por não ter um conceito de belo que o sujeito precisa estabelecer uma reflexão para conferir beleza às coisas. Se houvesse um conceito universal de belo, ele estaria no objeto, o qual seria automaticamente determinado como belo a partir dessa regra, pertencente à dimensão da causalidade na natureza, independente do sujeito ou de reflexões. Entretanto, não há conceito

---

<sup>3</sup> I. Kant. *Crítica da faculdade do juízo*, p. 51, § 8, 22.

<sup>4</sup> *Ibid.*, pp. 146-147, § 39, 155-156.

universal de belo, por isso há a necessidade de um juízo estético subjetivo e reflexionante.

“Quando se julgam objetos simplesmente segundo conceitos, toda a representação da beleza é perdida. Logo, não pode haver tampouco uma regra segundo a qual alguém devesse ser coagido a reconhecer algo como belo. Se um vestido é belo, se uma casa e uma flor são belas, disso a gente não deixa seu juízo persuadir-se por **nenhuma razão ou princípio**. A gente quer submeter o objeto aos próprios olhos, como se sua complacência dependesse da sensação; e contudo, se a gente então chama o objeto de belo, crê ter em seu favor uma voz universal e reivindica a adesão de qualquer um, já que do contrário cada sensação privada decidiria só e unicamente para o observador e sua complacência<sup>5</sup>”.

Não posso esperar que todos aceitem o meu gosto por lírios ou pelo campo, visto que ele é particular e individual. Cada um tem seus gostos particulares e individuais. Da mesma forma que não posso esperar que todos entendam as características de um determinado objeto como belas, já que essas características do objeto atenderiam aos meus gostos particulares; se eles são particulares, também não seria universal comunicar o objeto como belo deste modo. Além disso, para que a comunicação do objeto como belo fosse universal, precisaríamos ter, necessariamente, um conceito universal de belo, através do qual os objetos seriam determinados como belos. Esse conceito, novamente, não existe.

Para resolver esse problema, Kant define o *a priori* da dimensão estética da seguinte maneira: “o gosto é a faculdade de ajuizar *a priori* comunicabilidade dos sentimentos que são ligados a uma representação dada (sem mediação de um conceito)<sup>6</sup>”. A capacidade de comunicar não comunica nem o belo e nem o gosto. Não comunicamos o belo simplesmente porque não há conceito de belo. Do mesmo modo, não comunicamos o gosto, na medida em que o gosto é particular de cada um. Para Kant, o comunicável é o *próprio juízo*, ou seja, a *satisfação* diante do objeto pelo qual estabelecemos a reflexão sobre o gosto estético. Isso significa que o juízo do gosto pela reflexão, que é subjetivo, individual, particular, é também estético, universal *a priori*.

---

<sup>5</sup> *Ibid.*, pp. 52, 53, § 8, 25. Grifos meus.

<sup>6</sup> *Ibid.*, p. 151, § 40, 161.

Apesar desse estatuto de subjetivo e reflexionante e, ao mesmo tempo, universal sem conceito, esse juízo não tem por finalidade nem elementos particulares, nem elementos objetivos. A finalidade da satisfação trazida pelo belo não diz respeito nem ao gosto pelos sentidos e nem ao objeto diante do qual a reflexão é levada a efeito. Ela não diz respeito ao gosto pelos sentidos porque eles são particulares e individuais, portanto teria fins particulares e não universais. Assim como não diz respeito ao objeto porque as características do objeto teriam de, necessariamente, estarem associadas a um conceito de belo: “um objeto é belo quando tiver tais características”; o belo, todavia, não tem conceito. Por tratar-se de um universal sem conceito, a finalidade da satisfação diante do belo não pode estar ligada nem ao sujeito nem ao objeto. A finalidade está na *simultaneidade* pela qual sinto o prazer diante do belo e posso enunciá-lo aos outros. Em outras palavras, é uma finalidade sem fim, na medida em que a única finalidade é o próprio prazer e a própria possibilidade de poder comunicá-lo aos outros, sem nenhum outro fim. Com efeito, a satisfação no juízo de gosto estético não responde nem a interesses subjetivos e particulares, ou seja, interesses ligados ao gosto dos sentidos, nem a interesses da razão, *i.e.*, as características objetivas ou implicações morais do próprio objeto. Em outras palavras, trata-se de uma satisfação desinteressada, na medida em que a satisfação não é determinada pela razão ou pelos interesses dos sentidos

Segundo Marc Jimenez<sup>7</sup>, os parâmetros pelos quais o belo é condicionado segundo Kant são a necessidade deste juízo ser subjetivo e pelo gosto da reflexão e, ao mesmo tempo, universal, porém sem nenhuma regra universal que o determine, ou seja, sem conceito; a satisfação desinteressada, na medida em que nenhum interesse interfere o juízo, nem dos sentidos, nem da razão; e, por fim, a finalidade sem fim, já que a única finalidade do juízo de gosto estético é a satisfação simultânea ao juízo de gosto puro e a possibilidade de poder comunicar esse juízo para os outros, de modo que eles também possam sentir a mesma satisfação.

Agora que já percorremos pontualmente elementos da fundamentação kantiana para a dimensão da sensibilidade no que diz respeito ao belo, sabemos que as coisas não são belas nelas mesmas, mas conferimos-lhes a beleza através da experiência estética. Assim, agora podemos tentar identificar o lugar da fotografia

---

<sup>7</sup> Marc Jimenez. *O que é estética?* pp. 126-128.

nesse sistema. Diferente de Platão, Kant aparentemente não verá problemas na fotografia. Será que há espaço para a fotografia, para que haja esse livre jogo entre imaginação e entendimento, a fim de proporcionar experiências estéticas subjetivas e universais? Para tal, teremos que entender o papel da arte nas experiências estéticas para Kant e verificar se a fotografia encaixar-se-ia no que este filósofo entende por *belas artes*.

Ao analisar as possibilidades de juízos sobre o gosto, Kant percebeu que havia dois tipos de juízos: os juízos dos sentidos e os autênticos juízos de gosto. Aqueles primeiros são os juízos empíricos (materiais), que lidam com os objetos da experiência e afirmam “sua amenidade ou desamenidade”<sup>8</sup>; estes últimos (formais) são os que afirmam a beleza da representação de um objeto. Isso significa que o juízo é de gosto puro (estético) somente quando não há interferência de elementos empíricos dos sentidos (assim como na moralidade), a saber, “toda vez em que atrativo ou comoção tem participação no juízo pelo qual algo deve ser declarado belo”<sup>9</sup>.

“Na pintura, na escultura, enfim, em todas as artes plásticas; na arquitetura, na jardinagem, na medida em que todas são belas artes, o desenho é essencial, no qual não é o que deleita na sensação, mas simplesmente o que apraz por sua forma, que constitui o fundamento de toda a disposição para o gosto. As cores iluminam o esboço pertencem ao atrativo; elas, na verdade, podem vivificar o objeto em si para a sensação, mas não torná-lo belo e digno de intuição; antes, elas em grande parte são limitadas muito pro aquilo que a forma bela requer, e mesmo lá, onde o atrativo é admitido, são enobrecidas unicamente por ela”<sup>10</sup>.

Ora, se o juízo de gosto estético e a satisfação pelo belo são subjetivos e universais, uma finalidade sem fim e uma satisfação desinteressada e livre, como podem as cores, enfeites e ornamentos desenvolvidos exclusivamente para agradar serem capazes de suscitar experiências estéticas? Kant aponta para esse problema, atentando para o que ele chama de *forma*, que diz respeito ao juízo estético, e ao *material*, que diz respeito ao juízo empírico. Kant demonstrará que não existe somente um tipo de beleza, mas duas: a beleza livre e beleza aderente. A primeira é

---

<sup>8</sup> I. Kant. *Crítica da faculdade do juízo*, p. 64, § 14, 39.

<sup>9</sup> *Id.*, *Ibid.*

<sup>10</sup> *Ibid.*, p. 66, § 14, 42.

livre porque “não pressupõe nenhum conceito do que o objeto deva ser; a segunda pressupõe um tal conhecimento e a perfeição do objeto segundo o mesmo”. Eis o problema para Kant. Quando vemos um garoto e dizemos que é belo, há uma certa ideia de perfeição que temos, cuja existência permite pensarmos que a beleza do garoto *deveria* ser melhor. Por outro lado, quando vemos uma bela árvore, não há espaço para uma ideia de perfeição que se misture ao juízo de gosto puro, a qual possa indicar o que *deva* ser uma árvore bela.

“Flores são belezas naturais livres. Que espécie de coisa uma flor **deva** ser dificilmente o saberá alguém além do botânico; e mesmo este, que no caso conhece o órgão de fecundação da planta, se julga a respeito através do gosto, não toma em consideração este fim da natureza. Logo, nenhuma perfeição de qualquer espécie, nenhuma conformidade a fins interna, à qual se refira composição do múltiplo, é posta a fundamento deste juízo. Muitos pássaros (o papagaio, o colibri, a ave-do-paraíso), uma porção de crustáceos do mar são belezas por si, que absolutamente não convêm a nenhum objeto determinado segundo conceitos com respeito a seu fim, mas aprazem livremente e por si. Assim, os desenhos à *la grecque*, a folhagem para molduras ou sobre papel de parede etc. por si não significam nada; não representam nada, nenhum objeto sob conceito determinado, e são belezas livres<sup>11</sup>”.

O problema está colocado da seguinte maneira: a beleza da natureza é livre, e portanto é aquela cuja experiência se encaixa perfeitamente com as condições de um juízo estético, a saber, satisfação desinteressada, finalidade sem fim, universal sem conceito. A beleza aderente, por outro lado, é aquela cuja experiência está determinada por elementos feitos para agradar e tornar mais belo algo que, por sua *forma*, bastaria para ser belo. Deste modo, as belas artes, para Kant, serão belas quando não significarem nada, não representarem nada, nenhum conceito determinado. Em outras palavras, a arte poderá suscitar experiências estéticas quando puder *imitar a liberdade* encontrada no belo natural.

“Diante de um produto da arte bela tem-se que tomar consciência de que ele é arte e não natureza. Todavia, a conformidade a fins na forma do mesmo tem de parecer tão livre de toda coerção de regras como se fosse um objeto simples da natureza [...]. A natureza era bela se ao mesmo tempo parecia ser arte; e a arte somente pode ser denominada bela se temos

---

<sup>11</sup> *Ibid.*, p. 71, § 16, 49. Grifos meus.

consciência de que ela é arte e de que ela apesar disso nos parece ser natureza<sup>12</sup>.

Com efeito, esse tipo de arte não será encontrado facilmente em qualquer lugar, dado que parece sempre haver uma determinação do artista para embelezar e ornamentar objetos, a fim de deleitar e agradar os sentidos. Parece haver sempre uma finalidade por detrás da arte, de no mínimo tentar agradar a nós. Kant sabia disso, por isso definiu aquele cuja capacidade seria necessária para desenvolver a arte livre: o gênio, segundo o qual “pode-se, não obstante, demonstrar já de antemão que, segundo aqui admitida significação da palavra, belas artes necessariamente têm de ser consideradas como artes do gênio”<sup>13</sup>.

O que é esse gênio, para Kant? Segundo Jimenez<sup>14</sup>, Kant diz que esse gênio é o artista que responde a todos os requisitos para criar uma arte livre que suscite experiências estéticas e, portanto, possamos determinar como belas. Esse gênio precisa ter um dom inato, isto é, um talento que nasça com ele e não obedeça a regras determinadas, cujo desenvolvimento não se dê através da aprendizagem. Suas obras não podem ser imitadas, mas devem ser originais e “servir de referência às outras”. Já que não segue regras e segue tão somente seu dom natural, ele não pode conseguir dar razões e justificar sua obra, explicando ou descrevendo como ele a criou, dado que não há a possibilidade de transmitir aquilo que não teve de aprender.

“Conquanto arte mecânica e arte bela sejam muito distintas entre si, a primeira enquanto simples arte da diligência e da aprendizagem, a segunda, enquanto arte do gênio, não há nenhuma arte bela a qual algo mecânico, que se pode ser captado e seguido segundo regras, e portanto algo acadêmico, não constitua a condição essencial da arte. Pois nesse caso tem de ser pensado como fim; do contrário, não se pode atribuir seu produto a absolutamente nenhuma arte: seria um simples produto do acaso”<sup>15</sup>.

Finalmente encontramos o que é arte para Kant, qual o seu papel e em que consiste a produção artística. Parecia que estávamos perto dessa vez, para

---

<sup>12</sup> *Ibid.*, p. 162, § 45, 179.

<sup>13</sup> *Ibid.*, p.163, § 46, 181.

<sup>14</sup> Marc Jimenez. *Op., cit.*, p. 133.

<sup>15</sup> I. Kant. *Crítica da faculdade do juízo*, pp. 166, 167. § 47, 186.



fundamentar a fotografia enquanto manifestação artística, a partir da estética kantiana e de sua concepção de belas artes. Passamos perto, mas não foi dessa vez... Se tentarmos pensar a fotografia dentro do pensamento kantiano, veremos que ela jamais poderia ser trabalho de um gênio, um produto das belas artes, na medida em que ela pressupõe uma técnica, para utilizarmos as câmeras fotográficas de acordo com seu aparato técnico, manipulando a luminosidade, os ângulos propícios a capturarmos determinados aspectos de um ambiente e etc., dependendo de uma aprendizagem rigorosa. Ela seria uma arte mecânica e, portanto, resultado da aprendizagem e constituída segundo regras, tendo finalidade e não sendo *livre*.

Entretanto, a autonomia e a liberdade da sensibilidade e da experiência estética, legadas por Kant à posteridade e retrabalhadas por diversos outros filósofos, ora sendo aceitas, ora sendo reformuladas, sobretudo por Hegel, abrem margem para, finalmente, encontrarmos espaço para a possibilidade da fotografia enquanto manifestação artística, fundamentada pelo sistema hegeliano e legada à contemporaneidade como uma das leituras mais fundamentais sobre a arte e sobre a estética. Nem Platão, nem Kant; mas parece que, finalmente, Hegel possibilitar-nos-á responder a nossa pergunta inicial: será que a fotografia também pode ser considerada como arte?

## REFERÊNCIAS

DELEUZE, G. *A filosofia crítica de Kant*. Reimp. Lisboa: Edições 70, 2012.

HÖFFE, O. *Immanuel Kant*. Tradução de Christian Viktor e Valerio Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

JIMENEZ, M. *O que é estética?* Tradução de Fulvia M. L. Moretto. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 1999.

KANT, I. *Crítica da faculdade do juízo*. Tradução de Valerio Rohden e António Marques. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

\_\_\_\_\_. *Crítica da Razão Prática*. Edição bilíngue. Tradução de Valerio Rohden. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

\_\_\_\_\_. *Crítica da Razão Pura*. Tradução de Fernando Costa Mattos. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2015.

PIMENTA, P. P. *Reflexão e moram em Kant*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2004.